



**PESQUISA**  
Cientistas da UFRJ desenvolvem tratamento contra a leishmaniose com células-tronco associadas a medicamentos tradicionais

**Página 3**

## PRESIDENTE DA CPPD FALA SOBRE PROGRESSÃO DE CARREIRA

**Página 5**



### **PROTEÇÃO**

Kit de máscaras é o brinde de fim de ano da AdUFRJ. Cuide-se!

## SIGAMOS JUNTOS, COM ESPERANÇA, PARA O ANO QUE VIRÁ

### **DIRETORIA**

Não vamos nem comemorar o fim de 2020. Faltam alguns dias e não sabemos o que ainda pode acontecer. Um ano atípico, desafiador e doloroso. Com o país à deriva, a cidade e o estado do Rio de Janeiro completamente desgovernados. Só não estamos numa situação ainda pior porque contamos com as instituições públicas de ensino e pesquisa e com o compromisso dos servidores públicos em todos os escalões e esferas da administração, em especial os profissionais de saúde, que honraram e honram, com dignidade, o seu compromisso com a sociedade.

Fomos obrigados a inventar um sindicato virtual e o ensino remoto numa universidade *online*. As nossas relações mais fortes e significativas foram quase todas mediadas pela tela. Um arremedo de vida, que enfrentamos com a plena consciência de que apenas mitigamos os efeitos do isolamento social. Estarmos numa situação que não desejamos nem escolhemos, mas que investimos tudo que foi possível para fazê-la da melhor forma, é o resumo do que

vivemos em 2020. No inventário de nossas cicatrizes, o mais duro foi passar por tantas perdas sem despedidas, tanta gente que se foi sem que pudéssemos dar adeus ou mesmo compartilhar esse momento com amigos e parentes.

Algo mais terá que acontecer em 2021. Se já vislumbramos um processo de vacinação em massa e em escala planetária, apesar de todas as dúvidas sobre seu alcance e durabilidade, podemos começar a planejar um próximo ano ao menos híbrido, em que os cuidados com a disseminação do coronavírus se mantenham e, ao mesmo tempo, possamos ampliar as nossas atividades presenciais. Devemos isso a nós mesmos e à sociedade que nos sustenta. Para que isso aconteça, precisamos fortalecer as conquistas de 2020, e reafirmar que esta é uma decisão que cabe à universidade tomar em seus colegiados, seguindo apenas parâmetros científicos e tendo como referência maior a proteção à vida. Não haverá passe de mágica que nos devolverá às salas de aula que tanto amamos, aos corredores cheios, aos auditórios lotados. Aquele café depois da reunião e aquela conversa casual no estacionamento que acabou dando

uma ótima ideia para um artigo ainda vão demorar para voltar. Por isso mesmo, aumenta nossa responsabilidade com o ano que virá. Travaremos batalhas duras pela nossa sobrevivência. Mas, assim como o ano que finda não foi só de derrotas, havemos de amanhecer.

Na nossa lista para 2021, está em primeiro lugar o desejo que aumente entre nós a consciência de que não haverá uma saída individual. Ninguém estará seguro apenas porque ficará em casa. É preciso encontrar uma saída para todos, e precisamos que esse entendimento floresça com muito mais força no ano que virá. Por isso, nosso presente de Natal foi a confecção de máscaras de proteção. Máscaras que nos ajudem a sair de casa, mas sem esquecer quem somos e por que lutamos. E, se isso não for suficiente, lembremo-nos do que conseguimos evitar em 2020, do que mantivemos de pé com todas as dificuldades, e de tudo que poderá acontecer graças à nossa determinação e organização. Não são poucos os desafios, mas não será pequena a nossa disposição para enfrentá-los. Sigamos juntos, somos muitos, somos fortes.

# A SEMANA

## MUSEU NACIONAL FAZ BALANÇO DAS OBRAS

O Museu Nacional realizou uma coletiva de imprensa virtual no dia 17 para apresentar o balanço das obras de reconstrução em 2020 e as perspectivas para 2021. O evento contou com a participação de representantes do BNDES, da Vale, da Unesco e da Associação Amigos do Museu Nacional, parceiros no projeto de reconstrução. O prédio em que funciona o museu, na Quinta da Boa Vista, Zona Norte do Rio, foi consumido por um incêndio em 2 de setembro de 2018.

Alexander Kellner, diretor do Museu Nacional, ressaltou o início das obras na biblioteca e a conclusão do novo prédio administrativo, apesar do ano atípico. “É um projeto que está caminhando muito bem, e que pode trazer um resgate do orgulho para a população de todo o país”, comentou. A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, também se mostrou otimista: “A perspectiva é que, em 2021, possamos inaugurar o Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional e que, em 2022, reinauguremos pelo menos uma parte do nosso palácio, na comemoração de 200 anos da Independência do Brasil”, disse a reitora.



## PROFESSORES NEGROS PREPARAM MANIFESTO

Na terça-feira (15), o grupo de professores e professoras negras reuniu-se novamente em ambiente virtual. Segundo o professor Vantuil Pereira, do NEPP-DH, mais de 40 docentes, de todos os centros e de Macaé, participaram do encontro. “Foi definido que apresentaremos um manifesto para a reitoria da UFRJ e todas as pró-reitorias, cuja centralidade será a defesa de políticas antirracistas e a busca do compromisso em apoiar ações que visem à ampliação da presença de docentes negros nos quadros da universidade”, contou Vantuil.

O manifesto também vai pedir a ampliação de políticas de ação afirmativa na pós-graduação e na concessão de bolsas de permanência e Pibic. O grupo volta a se reunir no dia 18 de fevereiro para discutir as atividades da ação 21 Dias Contra o Racismo, que começa em março.

## CONGRESSO APROVA LDO E UFRJ PREVÊ ANO DIFÍCIL

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram, na quarta-feira (16), o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. O texto seguiu para a sanção presidencial. Pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, o professor Eduardo Raupp explica o que esta medida significa para a universidade: “Basicamente, a LDO autoriza o governo a desembolsar um doze avos do orçamento por mês, enquanto o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) não for aprovado. Sem a LDO, nem isso seria possível. Mas o cenário preocupa bastante”, afirmou.

O dirigente destacou o esforço da UFRJ para reduzir suas dívidas: “Felizmente, estamos entrando o ano com todas as contas de 2020 pagas. Será um início difícil e o fato de não levarmos dívidas será muito importante”, completou.

## OS CIENTISTAS E A BOMBA ATÔMICA EM DEBATE

Na quinta-feira (17), o professor João Torres de Mello Netto, do Instituto de Física, falou sobre a história da Ciência atômica no Bate-papo com Físico, organizado pelo Museu Interativo de Ciências do Sul Fluminense (MICInense). O tema foi a responsabilidade social do cientista em relação às bombas atômicas. “A explicação oficial para o lançamento de bombas no Japão, e não é o que eu penso, é que o país não pensava em se render e que as bombas lançadas pelo Eixo custaram 200 mil vidas aos Aliados. Os cientistas que abraçaram o projeto eram de excelente qualidade, viam ali uma oportunidade científica”, revelou João. O MICInense é um espaço de divulgação da Ciência, coordenado pelos professores Luciano Oliveira e Christine Ruta, parceria entre o Nupem/UFRJ-Macaé e a Prefeitura de Barra Mansa (RJ).



## ADUFRJ DISTRIBUI KITS COM MÁSCARAS DE PROTEÇÃO CONTRA A COVID-19

■ Sintonizada com a gravidade da pandemia, a AdUFRJ distribuiu um kit de máscaras como brinde de fim de ano para os docentes. Cada kit tem três máscaras, feitas de tecido triplo com TNT. “Em 2021, não serão poucos os desafios. Que os enfrentemos com ânimo, energia e cuidados, preservando a vida em primeiro lugar”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. Os professores que atualizaram recentemente seus endereços junto ao sindicato vão receber os primeiros kits. Quem não ganhar as máscaras agora poderá pedir o kit, a partir de 4 de janeiro, pelo link <https://bit.ly/3mjPamI>.



## PLANTÃO JURÍDICO, REUNIÕES POR ZOOM E AUXÍLIO REMOTO PARA ASSOCIADOS

■ A Assessoria Jurídica da AdUFRJ voltará a atender em 12 de janeiro, com plantões às terças, de 8h às 11h30, e às sextas, pela manhã ou à tarde. Para agendamento, enviar e-mail para [atendimentojuridico@adufjr.org.br](mailto:atendimentojuridico@adufjr.org.br) ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672. O sindicato adquiriu contas no aplicativo Zoom, de videoconferência, disponíveis aos filiados. Faça o pedido em [bit.ly/agendamentozoom](http://bit.ly/agendamentozoom), e veja as datas disponíveis. Para dar apoio às aulas remotas, a consultora Cristina Mendes abriu uma sala no *Google Classroom*, com vasto material. Para se inscrever é só acessar o link (<http://gg.gg/apoiople>), ou entrar em contato com Felipe Rosa ([siqueira79@gmail.com](mailto:siqueira79@gmail.com)).

## PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO VOLTA EM 2021



■ O programa AdUFRJ no Rádio, mais um canal de comunicação aberto pelo sindicato em 2020, terá sua última edição deste ano nesta sexta, às 10h, com reprise às 15h, pela Rádio UFRJ. Também disponível nos principais agregadores de podcasts, o programa voltará ao ar na primeira sexta-feira de 2021, com comentários e entrevistas.



■ Esta é a última edição de 2020 do seu **Jornal da AdUFRJ**. A equipe de Redação terá um breve receso de fim de ano para recarregar as baterias e voltar com força total em 2021. Ao virar a página de um ano tão difícil e mirar os desafios que virão pela frente, nossa equipe deseja a todos paz e esperança.

## RECESSO NO JORNAL

■ Esta é a última edição de 2020 do seu **Jornal da AdUFRJ**. A equipe de Redação terá um breve receso de fim de ano para recarregar as baterias e voltar com força total em 2021. Ao virar a página de um ano tão difícil e mirar os desafios que virão pela frente, nossa equipe deseja a todos paz e esperança.

# Cientistas da UFRJ criam novo tratamento para leishmaniose

Trabalho associa células-tronco de tecido adiposo à terapia tradicional, com medicamentos, para reduzir o processo inflamatório e combater a doença

SILVANA SÁ  
[silvana@adufjr.org.br](mailto:silvana@adufjr.org.br)

**A** covid-19 é uma enfermidade nova que desafia milhares de pesquisadores — e atrai milhões de dólares — de todo o planeta.

Mas, apesar da tragédia sanitária imposta pelo coronavírus, há outras centenas de doenças que castigam os países em desenvolvimento e que não atraem tantos recursos. São as chamadas doenças negligenciadas. Casos da malária, da doença de Chagas, da leishmaniose. São patologias cujo tratamento depende essencialmente das universidades públicas e de seus dedicados cientistas.

Os da UFRJ não fogem à luta. Um exemplo vem dos estudos sobre leishmaniose. Pesquisadores da UFRJ acabam de publicar o resultado de um estudo — único no mundo — que associa células-tronco de tecido adiposo à terapia medicamentosa tradicional para leishmaniose.

“A leishmaniose é uma imunopatologia. Ela se desenvolve pela picada do mosquito, que inocula o parasita, mas também pela resposta do sistema de defesa do organismo”, explica Herbert Guedes, coordenador do trabalho.

“As células-tronco suprimem as respostas imunológicas ‘ruins’ e com isso reduzem o processo inflamatório”, conta o docente. Ao longo dos experimentos, feitos tanto com células-tronco da medula óssea, quanto com

células-tronco do tecido adiposo, os cientistas observaram que aquelas provenientes do tecido de gordura geravam melhores resultados, reduzindo significativamente as lesões provocadas na pele. Mas ainda não eram capazes de reduzir a carga parasitária. “Então tivemos a ideia de associar as duas terapias e observar como os camundongos se comportavam”, conta o professor. “Eles começaram a voltar ao estágio anterior à contaminação”, revela Guedes.

Além do professor Herbert Guedes, a pesquisa envolve outros quatro docentes da universidade e o doutorando Tadeu Ramos, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

Considerada endêmica em 85 países, incluindo o nosso, a leishmaniose mata de 20 a 40 mil pessoas anualmente no mundo. Há 1,5 milhão de novos casos todos os anos. Mais de um bilhão de pessoas correm risco mais iminente de infecção. A transmissão se dá pela picada do flebotomíneo conhecido como “mosquito-palha”.

Os pesquisadores utilizaram a *leishmania amazonensis*, um dos tipos encontrados no Brasil e que causa feridas por todo o corpo, para os experimentos. E pretendem em breve iniciar novos estudos, desta vez com a *leishmania braziliensis*, causadora de lesões irreversíveis nas mucosas da boca e nariz. “Depois de realizar essa etapa, nosso objetivo é iniciar os estudos clínicos”, revela o coordenador do estudo.

## A LEISHMANIOSE NO BRASIL E NO MUNDO

**1,5 milhão** de pessoas são infectadas todos os anos no mundo

**20 a 40 mil** delas morrem por ano

**Mais de 1 bilhão** de pessoas correm risco iminente de contrair a doença\*

**16.135 casos** no Brasil, em 2019\*\*

**75 casos** no estado do Rio, em 2019 (crescimento de 134% em comparação ao ano de 2017)

\* Segundo dados da OMS  
\*\* Dados referentes à leishmaniose tegumentar, a mais comum no Brasil

## MAIS EFICAZ E MENOS TÓXICA

A pesquisa é uma tentativa de dar novas possibilidades aos doentes, com terapias menos agressivas. “Os tratamentos tradicionais foram desenvolvidos na década de 1940 e são muito tóxicos. Podem causar graves sequelas para coração, rins e fígado, além do risco de induzir a diabetes”, explica Tadeu Ramos, primeiro autor do artigo publicado na revista *Stem Cell Research & Therapy*. “São 20 dias de injeções intramusculares. Em alguns lugares, como na Índia,

já há cepas resistentes aos tratamentos”, observa o pesquisador.

Em vez dos 20 dias, como é a praxe da terapia convencional, os pesquisadores fizeram aplicações ao longo de 32 dias, por dias alternados. Além de duas aplicações de células-tronco com intervalos de 7 dias entre elas. “Os camundongos com este tratamento combinado tiveram suas lesões curadas antes que as lesões dos outros animais dos grupos de controle chegassem ao tamanho máximo, além da redução drástica da carga parasitária”, revela Tadeu. “Aponta para a diminuição da toxicidade do tratamento, já que conseguimos diminuir as doses do remédio, além de aumentar a velocidade do restabelecimento da pele”, comemora o doutorando.

Especialista em células-tronco, a professora Fernanda Cruz, do Instituto de Biofísica, também assina o trabalho. “Antigamente a gente pensava que a célula-tronco podia ser utilizada só por sua capacidade de se diferenciar. Mas descobrimos ao longo dos estudos que ela possui propriedades antiinflamatórias, microbicidas, de regeneração de tecido sem deixar cicatrizes”, elenca a docente. “Ela pode ser aplicada para tratamento de diversas doenças, desde as crônicas, ligadas ao envelhecimento, até as infecciosas”, afirma a pesquisadora. As células utilizadas no estudo foram do tipo mesenquimais, encontradas na medula, no tecido adiposo, no cordão umbilical, na placenta e até no sangue mens-

trual. O tratamento, porém, ainda é caro. “Tudo isso seria barateado se nosso país investisse em produção interna de biomateriais e insumos para pesquisa. Seria uma boa estratégia para tornar tratamentos como esse mais popularizados”, avalia Fernanda.

Tadeu Ramos chama atenção também para as facilidades que envolvem o uso de células do tecido adiposo. Elas podem ser retiradas do próprio paciente, de maneira mais simples se comparada a uma punção na medula óssea. Além de poderem ser extraídas a partir de gordura retirada de procedimentos estéticos, como lipoaspiração. “É um projeto que pode efetivamente mudar a vida das pessoas. Propor um tratamento alternativo a alguém que está sofrendo é muito gratificante”, finaliza.

O orientador de Tadeu, professor Herbert Guedes, lembra que o sofrimento provocado pelas doenças negligenciadas pelos grandes laboratórios só pode ser amenizado com fortes investimentos nas universidades públicas em países em desenvolvimento. “Infelizmente são patologias que não têm aporte das grandes farmacêuticas porque não são presentes no primeiro mundo”, lamenta o professor Herbert. Trocando em miúdos, se não atinge os países ricos e nem representa risco de colapso para a economia, não há interesse na erradicação da doença. Mas não é só isso. “Depende também de vontade política e interesse dos governos locais, com fortes investimentos financeiros em pesquisas”, completa o docente. “Infelizmente, isto também não é comum”, afirma.

## PERFIL



### HERBERT LEONEL DE MATOS GUEDES

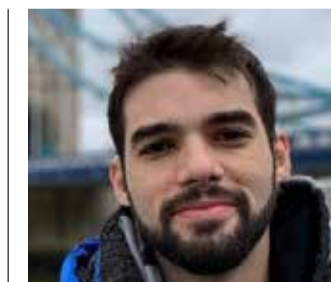
41 ANOS

Coordenador do trabalho

Professor do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes

Graduação em Farmácia, mestrado e doutorado em imunobiologia pela UFRJ

Pesquisador de Produtividade 2 do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ



### TADEU DINIZ RAMOS

30 ANOS

1º autor do trabalho, orientando dos professores Herbert e Célio

Graduação, mestrado e doutorando pelo Instituto de Biofísica da UFRJ



### CÉLIO GERALDO FREIRE DE LIMA

51 ANOS

Professor do Instituto de Biofísica

Graduação em Biologia, mestrado em Biologia Parasitária pela Fiocruz e doutorado em microbiologia pela UFRJ

Pesquisador de Produtividade 1C do CNPq



### PATRÍCIA RIEKEN MACEDO ROCCO

57 ANOS

Professora Titular do Instituto de Biofísica

Graduação em Medicina, doutorado em Ciências Biológicas pela UFRJ

Vice-presidente Regional da ISCT South & Central America, vice-coordenadora do INCT de Medicina Regenerativa e da Rede de Inovação em Nanossistemas de saúde da Faperj



### BRUNO LOURENÇO DIAZ

48 ANOS

Professor e diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

Graduação em Ciências Biológicas pela UFRJ e doutorado em Biologia Celular e Molecular pela Fiocruz

Pesquisador de Produtividade 2 do CNPq



### FERNANDA FERREIRA CRUZ

34 ANOS

Professora do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

Graduação em Medicina, mestrado e doutorado em Ciências Biológicas (Fisiologia), pela UFRJ

Pesquisadora de Produtividade 2 do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ)

# Conselho de Representantes debate progressão de carreira

> Houve 15 reuniões do colegiado durante a pandemia. No último encontro do ano, conselheiros avaliaram mudanças recentes na legislação da UFRJ que dificultam a vida dos professores

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

O último Conselho de Representantes da AdUFRJ em 2020 — o 15º realizado durante o isolamento social — confirmou uma característica do colegiado de debater os grandes temas que afetam os professores e a universidade. No encontro do dia 14, os conselheiros trataram da progressão na carreira, orçamento e a concessão do adicional de insalubridade.

Os professores manifestaram preocupação após recentes mudanças na legislação interna da UFRJ pelo Conselho Universitário. Uma resolução publicada em 19 de novembro deu fim às progressões múltiplas, sem definir uma regra de transição. A medida prejudica docentes que contavam com vários períodos anteriores acumulados para progressão na carreira.

Em outra decisão, publicada na mesma data, o colegiado definiu que todos os integrantes das comissões de avaliação devem ser portadores do título de doutor há pelo

menos dez anos — antes, só existia a exigência do título. Os professores avaliaram que a deliberação vai dificultar a formação das bancas, principalmente em cursos ou unidades novas, nos quais a pós-graduação ainda não está consolidada.

A direção do sindicato vai organizar, em parceria com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), um seminário para debater os problemas e elaborar propostas. O objetivo é consolidar um documento para levar ao Consuni, na primeira sessão do ano que vem, marcada para fevereiro — o colegiado entra em recesso durante o mês de janeiro. “Queremos chegar a consensos e encaminhar o resultado o mais rapidamente possível para a primeira sessão do Consuni”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, que solicitou contribuições dos integrantes do Conselho de Representantes.

## INSALUBRIDADE

O sindicato aguarda a resposta oficial da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) para o ofício apresentado na reunião de 10 de dezembro com a reitoria e a Coordenação

de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST). O encontro discutiu as dificuldades dos professores para obter os adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação, e foi noticiado na última edição do **Jornal da AdUFRJ**.

As principais reivindicações são: evitar o corte dos adicionais dos que assumem alguma função de chefia ou coordenação de curso e obter o percentual mínimo, nos casos em que os peritos constatam a exposição, mas não podem medir os agentes nocivos à saúde. Também foi solicitada a formação de uma força-tarefa pela PR-4 para dar agilidade aos mais de mil processos parados no setor. No caso de uma resposta negativa da administração central, a AdUFRJ vai à Justiça para garantir os direitos dos professores.

O formulário eletrônico criado pelo sindicato para cadastrar os professores que estão sem o adicional continua ativo em [bit.ly/cadastropeloadicional](http://bit.ly/cadastropeloadicional).

## ORÇAMENTO

O professor Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ, informou que o Observatório do Conhecimento — rede de sindicatos e

associações docentes que defende as universidades públicas — segue monitorando a proposta orçamentária do governo para 2021, no Congresso Nacional. “A Lei Orçamentária vai ficar para o ano que vem, provavelmente só para depois da eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado”.

Josué também citou a tramitação de um projeto de lei para proteger o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) de contingenciamentos. “É a PEC emergencial que tem como uma das propostas cortar os nossos salários foi adiada para o ano que vem”, completou.

Na reunião do CR, a diretoria reforçou o posicionamento contrário à portaria do MEC que tentou impor o retorno presencial às aulas para o início do ano que vem. “A portaria foi tão desmoralizada que o próprio MEC autorizou a resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) do ensino remoto durante 2021”, disse Eleonora. Está sendo elaborada uma nota conjunta de repúdio de todas as entidades representativas dos professores, técnicos, alunos e terceirizados da UFRJ.

## INSTITUTO DE QUÍMICA É EXEMPLO DE DESRESPEITO AOS ADICIONAIS DE RISCO À SAÚDE

O Instituto de Química é uma das muitas unidades da UFRJ prejudicadas pela não concessão dos adicionais aos servidores que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde. Levantamentos internos indicam que 31 dos 142 professores (22%) não recebem o benefício. “O direito é claro. Ao andar pelos corredores do instituto, respiramos vapor tóxico de solventes, incluindo hidrocarbonetos”, explica o professor Rodrigo Bitzer, do Departamento de Físico-Química.

Os relatos dos problemas do instituto são semelhantes aos de outras áreas da universidade: os pedidos mais recentes são indeferidos em função de laudos inconclusivos — os peritos não têm os equipamentos de aferição. Entre os docentes mais antigos, os adicionais são perdidos por quem assume algum cargo de chefia ou coordenação, devido a uma programação automática do sistema que gerencia

os pagamentos.

Contratado em agosto de 2018, Bitzer faz parte do primeiro grupo. Assim que ingressou na UFRJ, solicitou o adicional de insalubridade. Após esperar mais de um ano, um perito vistoriou seu laboratório. Três meses depois, veio o relatório com o indeferimento do pedido. O técnico alegou que não poderia fazer a análise quantitativa do local. Há mais de dois anos trabalhando na UFRJ com solventes tóxicos ou reagentes com metais pesados, Bitzer nunca recebeu o benefício a que tem direito.

Nos grupos de discussão formados no IQ, surgiu a possibilidade de a Norma Regulamentadora nº 15, que disciplina a concessão dos adicionais, se tornar uma aliada dos docentes. O documento apresenta anexos com agentes químicos que não necessitam de aferição.

“No Anexo 13, são listadas substâncias que todos nós, do IQ, manipulamos no

dia a dia de nossas atividades de ensino e pesquisa”, esclarece Bitzer, que integra o Conselho de Representantes da AdUFRJ. “Sendo confirmado pela vistoria local e documentos comprobatórios que o docente manipula essas substâncias, a atividade laboral já deve ser considerada insalubre, sem necessidade de medidas quantitativas”, completa.

## CPST RESPONDE

Engenheira de Segurança do Trabalho da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST), Natalia Lobo respondeu que a condição do adicional não é definida apenas pelo agente listado no anexo 13. Segundo ela, é preciso verificar a atividade desenvolvida pelo servidor e se não há medidas que neutralizam ou eliminam a insalubridade. “Se o professor trabalha com mercúrio em alguma das atividades elencadas no anexo 13 e, no momento

da perícia, for detectado que existem medidas que eliminem ou neutralizem a exposição, o adicional pode não ser concedido”, explica. A engenheira observou que o agente químico deverá ser medido, sim, se também estiver listado em outro anexo.

Já para o professor Bitzer, a CPST não consegue interpretar a norma sob o ponto de vista das atividades acadêmicas. “Se o professor lida com mercúrio, que é um agente tóxico, ou se lida com benzeno, que é um agente cancerígeno, mas não fabrica material do ponto de vista industrial como o anexo descreve, ele não tem saída? Ou só existe atividade industrial ou não existe atividade alguma? Não faz sentido”, critica. Bitzer diz ainda que não há repetições entre os anexos citados pela engenheira. “O anexo 13 fala em compostos orgânicos de mercúrio, e o 11, dos outros”, exemplifica. “Somos todos UFRJ. Precisamos pacificar esta questão”, disse. (Kelvin Melo)

## CULTURA NA BASE DA SOCIEDADE

Iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5), o Lab Cultura Viva, lançado na segunda-feira (7), receberá investimentos de R\$ 1,43 milhão para fomentar ações culturais de organizações da sociedade civil em 2021. Os recursos são fruto de emenda parlamentar da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB - RJ). “Estamos vendo o quanto a universidade pode abrir a sua estrutura pública, com seus extensionistas, pesquisadores, professores e técnicos para a interação com a sociedade, com os produtores de

cultura, num momento de crise”, explicou a pró-reitora de Extensão, Ivana Bentes, no lançamento do projeto.

Em 2021, os projetos apoiados pelo Lab Cultura Viva serão o Slam das Minas RJ, a Agência de Notícias das Favelas, o Coletivo Cultural Jongo da Serrinha, a Associação do Movimento de Compositores da Baixada Fluminense (AMC), a Escola Livre de Palhaços e a Associação Folia Carioca. “Justamente nesse momento pandêmico, de crise humanitária e de saúde, a universidade pública bra-

sileira, mesmo que virtualmente, é decisiva como base”, defendeu Ivana Bentes. “É um laboratório para pensar em ações e políticas futuras, onde os nossos estudantes possam, por exemplo, creditar em suas horas de extensão um projeto da cidade, não somente os da universidade”, explicou.

André Fernandes, da Agência de Notícias das Favelas, considera a parceria muito importante para esse momento de pandemia. “Através do Lab, nós podemos estabelecer uma rede de contatos da cultura aqui no Rio de Janeiro, e

também com a academia”, disse.

A ANF mantém há dois anos uma parceria com a UFRJ, na Extensão do curso de Jornalismo, com alunos que moram nas favelas.

A iniciativa abre também um novo leque de opções para os alunos da universidade. Todo estudante de graduação da UFRJ precisa cumprir 10% da carga horária de seu curso atuando em ações de extensão (projetos, cursos e eventos). “Os grupos culturais participantes do Lab Cultura Viva vão poder receber estudantes extensionistas para desenvolver ações interdisciplinares e interprofissionais nos projetos, impactando diretamente na formação dos estudantes de

graduação da UFRJ das diversas áreas do conhecimento”, explicou Bárbara Tavela, superintendente de Integração e Articulação da UFRJ.

A deputada Jandira Feghali, parceira do projeto, participou da live de abertura do Lab. “É dessa forma que a gente pode ajudar, não só com as leis, e o trabalho na rua junto com o movimento popular e social, mas também colocando todos os recursos necessários para que a cultura seja uma prioridade nesse país. Quero parabenizar esse trabalho e acreditar sempre que a extensão universitária se integra às raízes do povo brasileiro, tão potentes”, afirmou. (Liz Mota Almeida)

ENTREVISTA | PROFESSOR FÁBIO ARAUJO, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

# “A CPPD NÃO PAROU COM A PANDEMIA”

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

Professor do Instituto de Nutrição, Fábio Araujo presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) desde junho deste ano. Cabe à CPPD assessorar o colegiado competente ou dirigente máximo da instituição para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente. Uma das tarefas é a avaliação

■ **Jornal da AdUFRJ: Desde quando o senhor está na CPPD e por que aceitou a presidência da comissão?**

● **Fábio Araujo:** Entrei como representante de classe para um mandato de três anos, em 2018. Em agosto de 2019, me tornei vice-presidente. O presidente anterior, professor Luciano Coutinho, precisou sair por questões pessoais e, para a comissão continuar seus trabalhos, aceitei a função em junho deste ano.

■ **Como a pandemia afeta o trabalho da comissão?**

● A CPPD não parou com a pandemia. Nós fizemos esse esforço de não deixar as progressões pararem. Fazemos reuniões virtuais todas as terças-feiras à tarde e plantões presenciais, de 15 em 15 dias, sempre às quintas-feiras. O que mudou? Antes, a comissão trabalhava com processos físicos. Fizemos um movimento bem rápido e, a partir de maio, vários deles passaram a tramitar via SEI (Sistema Eletrônico de Informação). Começamos com os pedidos de progressão e promoção. Em julho, foram inseridos no sistema os pedidos relativos ao estágio probatório. Falta inserir no SEI os de mudança de regime de trabalho. Foi um grande avanço. Sabemos que há universidades onde os processos ficaram parados ou só agora estão fazendo a transição digital. Nos plantões presenciais, cuidamos dos processos físicos e atendemos os professores. Desde o fechamento do prédio do CCMN, onde ficava nossa sala, estamos funcionando em uma sala do gabinete da reitoria.

■ **A nova rotina prejudicou a produtividade da comissão?**

● Pelo contrário. Estamos trabalhando mais. A demanda aumentou substancialmente devido à facilidade do processo digital. O que também ajudou a crescer a produção semanal. Mas é importante que os professores acessem a “base de conhecimento”, dentro do SEI. A base apresenta o tutorial dos procedimentos.

■ **Os docentes têm criticado a resolução nº 16/2020 do Consuni, que derrubou o dispositivo das progressões múltiplas, sem uma regra de transição. Qual sua opinião?**

● O Conselho Universitário atendeu à determinação do Ministério do Planejamento (agora, Ministério da Economia) que normatiza o entendimento

sobre a lei nº 12.772/2012 (da carreira docente). Os órgãos de controle estavam questionando as universidades. Talvez seja uma regra dura que valha a pena mudar, a do interstício mínimo de 24 meses. Mas isso deve ser feito no Congresso Nacional.

■ **Esta mudança está ligada a outra resolução do Consuni, a nº 17, sobre os efeitos das progressões e promoções?**

● Sim. Se a legislação diz que o interstício tem o mínimo de 24 meses, cada dia posterior ao período de 24 meses que o docente deixou de pedir vai se incorporando ao interstício. O governo queria que os efeitos valessem a partir do dia da decisão da banca, mas não existe controle sobre quando esta banca vai se reunir. Para assegurar o direito do docente, o Consuni decidiu que os efeitos valessem a partir da data da autuação do processo. Esse foi um movimento importante de proteção ao docente pelo Conselho Universitário, pois ele tem a possibilidade de controlar quando vai realizar o seu pedido. Além disso, a partir de uma sugestão da CPPD, o Consuni permitiu que, se o docente tiver a produção acadêmica necessária para a progressão ou promoção, possa fazer o pedido com até 60 dias de antecedência para as classes A, B, C e D (auxiliar até associado) e de até 90 dias para classe E (titular). A mesma lógica se aplica para os professores do quadro do Colégio de Aplicação.

■ **A resolução nº 17/2020 do Consuni também determina que todos os integrantes das comissões de avaliação tenham pelo menos dez anos de doutorado. Qual é a sua avaliação sobre esta mudança?**

● Eu vejo como um retrocesso. A CPPD orientou que a nova resolução de estágio probatório, em 2018, permitisse que um professor adjunto C possa avaliar um adjunto A, por exemplo. Ou seja, um professor que acabou de se tornar estável pode avaliar quem está em estágio probatório. Isso foi um ganho para universidade, pois amplia a participação dos docentes que podem participar dessas comissões de avaliação. Agora vem uma mudança na resolução e impõe uma exigência que exclui várias pessoas de participar da banca. E, como não houve uma regra de transição, várias bancas já publicadas podem ter ficado irregulares no dia seguinte à publicação da resolução. Falta pensar no impacto nas unidades, considerando suas especificidades, como aquelas que atuam em áreas novas, com pós-graduação ainda não consolidada,

DIVULGAÇÃO



“Estamos trabalhando mais. A demanda aumentou substancialmente devido à facilidade do processo digital”

FÁBIO ARAUJO  
Presidente da CPPD

por exemplo. É preciso considerar a pluralidade da UFRJ enquanto instituição. Na prática, essa regra só contribui para gerar mais dificuldade para a formação das comissões de avaliação. Isso também vai sobrecarregar os professores que têm mais de dez anos de doutorado, geralmente associados e titulares, para formar as comissões.

■ **Muitos professores reclamaram que a folha de dezembro não incorporou os processos já analisados pela CPPD no início do mês. O que houve?**

● Normalmente, até o fim da primeira semana de dezembro, a PR-4 incluía na folha os efeitos dos processos analisados pela CPPD. Este ano, porém, a pró-reitoria fechou a folha no SIRHU (Sistema Integrado de Recursos Humanos) em 2 de dezembro e não avisou a CPPD. A CPPD continuou atuando como sempre fazia, fizemos um esforço adicional naquela semana e enviamos tudo que chegou na

sexta-feira, dia 4 de dezembro. Porém, ao contrário do que ocorria nos anos anteriores, não foram incluídos esses processos na folha de dezembro. Em função disso, os valores atrasados deste ano daqueles processos vão cair em exercícios findos.

■ **O que isso significa?**

● Vou dar como exemplo um interstício de setembro. Se a PR-4 fizesse a inclusão a tempo, os valores retroativos até aquele mês constariam da folha de dezembro, que é do mesmo ano. Como não houve a inclusão, vai para a próxima folha, que já é 2021, e os exercícios anteriores não podem ser pagos diretamente. Não se sabe quando esses valores virão. Mesmo com os processos digitais, tem causado estranhamento na própria CPPD que as emissões de portarias agora têm demorado, em alguns casos, até dois meses. Antes, em processos físicos, demorava em média 15 dias. Estamos querendo entender o que está ocorrendo na estrutura de processamento das promoções e progressões docentes pela PR-4. Não era assim.

■ **Também existe uma crítica generalizada quanto ao tempo que os professores gastam com o preenchimento do relatório para fins de progressão e promoção. Esse processo não pode ser simplificado de alguma forma?**

● Todos nós queremos uma simplificação. Eu sinto a mesma dificuldade. Mas a unidade e os colegiados seguem as diretrizes gerais da Resolução Consuni nº 08/2014, que definem como o docente deve fazer seu relatório. É um ponto que está fora da alçada da CPPD. Antes, quando os processos eram físicos, não era necessária a inclusão do relatório e da documentação comprobatória. Mas, quando os processos migraram para o meio digital, o Comitê Gestor do SEI-UFRJ informou que todas as etapas e as respectivas documentações deveriam ser inseridas. A CPPD só queria os documentos obrigatórios, pois esses documentos eram analisados pelas bancas. Mas não foi possível. De outro lado, compreendemos o argumento de que, estando o relatório e a documentação comprobatória no SEI, facilitaria o trabalho da banca. Mas, sem dúvida, com o docente precisando reunir vários documentos e escanear outros vários para inserir no SEI, esta parte se tornou mais trabalhosa.

# Tecnologia by Coppe contra a covid-19

> Pesquisa coordenada pelo professor José Carlos Pinto usa nanotecnologia para potencializar medicamentos usados contra o coronavírus e reduzir efeitos colaterais

**KIM QUEIROZ**  
comunica@adufrrj.org.br

Pesquisadores da Coppe estão desenvolvendo uma tecnologia para potencializar a atuação de medicamentos usados no tratamento da covid-19 e reduzir os efeitos colaterais das medicações. Apelidada de “bolinhas”, a nova técnica emprega nanotecnologia para revestir os fármacos e é usada pelos pesquisadores da Coppe desde 2015.

“Há cerca de cinco anos, nós começamos a transformar essas bolinhas em bolinhas inteligentes, para que elas reconheçam as células doentes, e interajam especialmente com elas”, explica o professor José Carlos Pinto, coordenador do projeto. “Como a bolinha inteligente trata localmente os tecidos que estão doentes, a quantidade de medicamento que é dada ao paciente pode ser reduzida drasticamente”, completa o docente do Programa de Engenharia Química.

No tratamento da covid-19 – e também de várias outras enfermidades graves – a quantidade elevada de medicamentos provoca uma série de efeitos adversos. “Se uma pessoa tem uma inflamação no pé, ela toma um antibiótico. Como ele se distribui pelo organismo inteiro, o paciente toma uma quantidade muito maior para a concentração do remédio chegar em doses corretas no pé”, exemplifica Carlos Pinto. “Então, o objetivo desse trabalho é aumentar a especificidade desses tratamentos, indo nos locais onde realmente seja necessário

o uso deles”, completa.

Gabriela Mattos, mestranda do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe (PENT), ressalta que o uso dessas nanopartículas pode aproximar os medicamentos da taxa ideal de terapia, e evitar valores tóxicos. “Se a gente vetoriza as nanopartículas com uma biomolécula específica, então há a possibilidade de direcionarmos a nanopartícula apenas para onde se deseja”, descreve a pesquisadora. “Isso permite um maior controle de liberação dos componentes, que esteja mais de acordo com o ideal terapêutico”.

O laboratório onde a equipe trabalha foi a primeira fábrica de nanopolímeros inaugurada no Brasil, em 2012. “O projeto começou com a ideia de apoiar o tratamento da esquistossomose (barriga d’água), porque o fármaco tem um gosto muito ruim. O remédio era beneficiado pelo encapsulamento, que esconde o gosto”, conta José Carlos. Posteriormente, os pesquisadores receberam o apoio da Faperj para desenvolver soluções para o mal de Alzheimer. “Durante a pandemia, a Faperj permitiu que alguns projetos que já estavam em desenvolvimento, e que tivessem afinidade com o tema da covid-19, pudessem ser estendidos para atender a esse novo caso”, acrescenta José.

A tecnologia abrange outras possibilidades. “Todo o conhecimento gerado nesse projeto pode ser aplicado no tratamento de outras doenças, então a relevância do projeto não se restringe ao impacto positivo



FOTOS: DIVULGAÇÃO



**PESQUISADORES REALIZAM** o processo de aplicação de nanopolímeros em medicamentos, na inauguração do Laboratório de Engenharia de Polimerização (Engepol), em 2012

que a gente quer gerar no tratamento da covid-19”, afirma Ariane Batista, farmacêutica e professora do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe. A equipe acredita que enfermidades como câncer, alzheimer e diabetes também

poderão se beneficiar com o uso das nanopartículas.

“No momento, estamos trabalhando para provar que o medicamento pode ser fixado na bolinha, continuar biologicamente ativo, e ser reconhecido pela célula. Caso a resposta

seja positiva, então a gente vai se preparar para fazer testes clínicos”, aponta José Carlos. O planejamento é que ao longo do segundo semestre de 2021 a equipe comece a fazer os testes *in vivo* do sistema, ou seja, em células e em animais.

# Utopias: o tijolo essencial para reconstruir o Brasil

> Professores lançam livro com diversos olhares sobre o mundo desejado e como construí-lo a partir da triste realidade de 2020

**LUCAS ABREU**  
lucas@adufrrj.org.br

Em 1942, no meio da Segunda Guerra Mundial, o governo do Reino Unido decidiu pensar quais seriam as bases do país quando a guerra acabasse. Era um dos momentos mais difíceis da história da Inglaterra, e mesmo assim eles escolheram ter a ousadia de planejar o futuro. Essa história inspirou os professores João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ, Gilberto Bercovici, da USP, e Renan Aguiar, da UFF, a organizar o livro “Utopias para Reconstruir o Brasil” (Quartier Latin, 788 páginas), uma profunda reflexão sobre o país que o Brasil precisa ser depois da pandemia. O livro foi lançado na úl-

tima segunda-feira (14), em um evento virtual que contou com a presença de professores da UFRJ que participam da edição. “A ideia central do livro é que cada autor faça um desenho de um mundo ideal, para ele, dentro da sua área”, contou o professor João Sicsú. “O livro não é apenas de crítica ao atual governo, embora essas críticas apareçam em diagnósticos e análises dos autores”, detalhou.

Como na história do Reino Unido na Segunda Guerra, a proposta é que o livro seja um norte durante um dos períodos mais difíceis da história do Brasil. “Nós temos que desenhar o mundo que queremos, e caminhar até ele. Porque senão ficaremos apenas enfrentando as batalhas cotidianas”, explicou o organizador da publicação, que também assina um capítulo.

Além do professor João Sicsú, a UFRJ está representada também pelos professores Carlos Frederico Leão Rocha, Daniel Negreiros Conceição, Fabiana Rodrigues Barletta, Flávio Martins, Lígia Bahia e Marcos Dantas. Ao todo, 54 autores assinam o livro, que também conta com artigos do ex-chanceler Celso Amorim e do ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão. Para Flávio Martins, professor da Faculdade Nacional de Direito e de decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, há dois aspectos importantes do livro. “O primeiro é olhar para frente e apresentar perspectivas. O segundo é sabermos que a pandemia foi uma situação extraordinária, mas que mostra a importância de termos políticas públicas planejadas”. Em parceria com a professora

Fabiana Rodrigues Barletta, também da FND, Flávio escreveu um capítulo sobre direitos fundamentais no contexto da pandemia.

No seu artigo, o vice-reitor da UFRJ e professor do Instituto de Economia, Carlos Frederico Leão Rocha, tratou da crise de emprego causada pela automação do trabalho. “Aqui ainda não chegou essa automação toda, mas vai chegar da pior forma possível, quando nós não pudermos mais competir”, explicou o professor.

“Vamos ter um desemprego, especialmente na área de serviços, que não era visto antes”, declarou. Nesse cenário, o vice-reitor chama a atenção para a responsabilidade da universidade. “As universidades capacitam as pessoas, então temos um importante papel a desempenhar”.

## Artigo

### DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ. Mestre em *Master of Arts* pela *University of Missouri System*. Doutorando em Economia e Ciências Sociais pela *University of Missouri System*



## DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

O texto que escrevi chama-se “Gasto Público e Criação de Dinheiro como Dois Lados da Mesma Moeda (Soberana)”. Tento mostrar que todas as propostas contidas neste livro para reconstruir a nossa sociedade, que está devastada pela pandemia, são econômica e financeiramente viáveis, se forem materialmente viáveis, para um governo monetariamente soberano como o brasileiro. Se elas forem materialmente viáveis e socialmente desejáveis, creio que não as realizar é o maior fracasso da nossa ciência econômica atualmente. Principalmente se isso vier do medo de que nosso Estado possa ficar sem dinheiro, porque nesse caso os economistas estão colocando empecilhos em coisas que são plenamente viáveis, por conta de um medo que não se justifica. E esse fracasso de impor limites que são puramente arbitrários, artificiais, nas realizações que são materialmente viáveis, nunca foi tão evidente para os economistas.

Logo antes da pandemia, o Brasil, supostamente, já estava na sua maior crise de endividamento. “A mais grave da sua história”, falavam. Era a desculpa de quem defendia o saneamento das contas públicas para controlar a dívida do governo brasileiro.

Diziam que a capacidade de realizarmos resultados deficitários tinha acabado. O Estado estava falido, sem dinheiro, na pindaíba. Veio a pandemia, e os defensores da austeridade foram obrigados a admitir que as coisas não

são bem assim. Na verdade, o governo tinha dinheiro para gastar muito mais para combater a pandemia e a destruição econômica que ela produziu, mesmo com o colapso da arrecadação de impostos. O que ele não tinha era autorização legal. E bastou decretar o estado de calamidade e aprovar a emenda do Orçamento de Guerra, que a autorização apareceu, e descobrimos que a falta de dinheiro que nosso governo dizia enfrentar era totalmente autoimposta. O governo tinha tanto dinheiro, que desde o início da pandemia ele foi capaz de gastar quase um trilhão de reais a mais do que os impostos arrecadados só em despesas primárias.

Mas de onde veio esse dinheiro? Será que o governo raspou o seu “cofrinho”, que é a Conta Única do Tesouro? Isso seria muito ruim, porque se raspar o “cofrinho”, depois não vai ter mais. Não. O saldo da Conta Única foi e vai continuar sendo recomposto sem nenhuma dificuldade, através da venda de títulos públicos, graças ao sistema que descrevo no artigo. Então a taxa de juros deve ter explodido, porque se o governo está praticando este resultado deficitário gigantesco vendendo títulos para recompor o saldo da Conta Única, o que aconteceu com os juros? A taxa básica, que remunera as dívidas de curto prazo do governo, nunca esteve tão baixa. Podemos até dizer que ela está baixa demais. E as taxas longas até podem subir em momentos de agitação, normalmente alimentados por

um certo terrorismo fiscal, mas elas sempre acabam caindo, atraídas pela taxa curta. Então o governo deve estar criando moeda, e isso normalmente dá inflação, pode não dar agora porque estamos no meio da pandemia.

O que tento explicar no artigo é que, na verdade, o governo já cria e sempre criou moeda quando faz seus pagamentos. Isso não é uma novidade, é assim que as coisas acontecem. Logo no início da pandemia, alguns economistas, eu mesmo fiz isso, sugeriam que o governo contasse com o financiamento direto do Tesouro pelo Banco Central para financiar o combate à pandemia. Foi um avanço quando as pessoas admitiram que isso era possível. Mas agora proponho que sejamos mais ambiciosos no enfrentamento dos dogmas econômicos que eu acho que têm que ser superados.

Boa notícia que trago no texto é que a criação de moeda não é uma alternativa possível que pode ser utilizada para o governo financiar a reconstrução do Brasil. Na verdade, é assim que o governo gasta.

O governo já financia o Tesouro, portanto já gasta criando moeda. E o Banco Central já financia o Tesouro indiretamente, apesar da restrição constitucional, que não tem como ser respeitada. A confusão talvez venha, em parte, da maneira como os economistas aprendemos a ler uma equação da restrição orçamentária do governo, como se o dinheiro que o governo usa para fazer um pagamento viesse da cobrança de impostos, da venda de dívidas remuneradas ou fosse criado de maneira nova, o que seria criação de base monetária. Mas o que tento mostrar é que, por definição, quando um pagamento estatal acontece – e o mesmo raciocínio que pode ser feito para um pagamento estatal, pode ser feito para o resultado deficitário do governo ao longo de um período – este pagamento é necessariamente acompanhado da criação de pagamento estatal, de base monetária e de moeda bancária associada a criação de

base monetária. Isso ocorre porque as reservas bancárias que são debitadas na reserva do Tesouro na ocasião de cada pagamento não fazem parte de agregado monetário nenhum, elas são um passivo não monetário do Banco Central. Então, quando o governo gasta, ele cria base monetária, porque transfere créditos contra o Banco Central para um banco comercial. E esse banco comercial cria a moeda quando credita na conta corrente do receptor do pagamento.

Ou seja, cada pagamento feito pelo Estado é sempre acompanhado primeiro da criação de base monetária, que já é uma dívida estatal, embora fique escondida no passivo do Banco Central. Depois é que essa moeda estatal que foi criada por um pagamento se transforma em uma dívida remunerada. E isso acontece porque o Banco Central está sempre tentando garantir que pelo menos a taxa básica referencial da economia não caia quando o governo faz um pagamento.

Porque quando o governo faz um pagamento, ele coloca mais dinheiro na economia, e isso pressiona os juros para baixo. Na verdade, quem primeiro vende o título público para garantir que os juros não caiam é o Banco Central. E essa venda é garantida porque quem tem reserva sobrando já quer aplicar em títulos públicos. Primeiro entra a moeda estatal, depois ela pode ser reconfigurada em base monetária ou dívidas públicas.

O que estou dizendo aqui, e o texto entra em detalhes nessa argumentação, é que não precisamos reinventar a roda para pagar pela reconstrução do Brasil. Operacionalmente já é possível financiar tudo que for necessário e materialmente viável, até o limite inflacionário da nossa economia, que podemos falar depois qual é. O governo brasileiro não é como uma dona de casa. Falta de dinheiro não é um problema para um Estado que gasta criando moeda, como é o Estado brasileiro.

Espero que esse texto sirva para aumentar a nossa ambição.

## PERFIL

### CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA

Vice-reitor da UFRJ e professor do Instituto de Economia. Graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ. Mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ. Ex-vice-presidente da AdUFRJ

### DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ. Mestre em *Master of Arts* pela *University of Missouri System*. Doutorando em Economia e Ciências Sociais pela *University of Missouri System*

### FABIANA RODRIGUES BARLETTA

Professora da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Graduada em Direito pela UFJF. Mestre em Direito pela UFRJ. Doutora em Direito pela PUC-Rio

### FLÁVIO MARTINS

Professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Graduado em Direito pela UFRJ. Mestre em Ciências Jurídicas pela UFRJ. Doutor em Filosofia pela UFRJ

### JOÃO SICSÚ

Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ. Mestre em Economia pela UFRJ. Doutor em Economia pela UFF

### LÍGIA BAHIA

Professora da Faculdade de Medicina da UFRJ. Graduação em Medicina pela UFRJ. Mestre e doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Ex-vice-presidente da AdUFRJ

### MARCOS DANTAS

Professor da Escola de Comunicação da UFRJ. Graduado em Comunicação pela FACHA. Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ. Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ. Diretor da AdUFRJ

## PERFIL



**JOSÉ CARLOS PINTO**  
57 ANOS  
Coordenador do projeto Graduação em Engenharia Química pela UFBA, mestrado e doutorado pelo Programa de Engenharia Química da Coppe  
Professor do Programa de Engenharia Química da Coppe  
Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Química do Instituto Militar de Engenharia (IME).



**HELEN CONCEIÇÃO FERRAZ**  
47 ANOS  
Graduação em Engenharia Química pela UFBA, mestrado e doutorado pelo Programa de Engenharia Química da Coppe  
Professora do Programa de Engenharia Química da Coppe  
Coordenadora do Laboratório de Engenharia dos Fenômenos Interfaciais (LAFEBFIT).



**ARIANE DE JESUS SOUSA BATISTA**  
33 ANOS  
Graduação em Farmácia pela UFRJ, mestrado e doutorado em Biofísica pela UFRJ  
Professora do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe.



**MARTINA COSTA CERQUEIRA PINTO**  
34 ANOS  
Graduação em Engenharia Química pela UFRJ, mestrado e doutorado pelo Programa de Engenharia Química da Coppe  
Pós-Doutoranda do Programa de Engenharia Química da Coppe.



**LUCIANA DUTRA**  
32 ANOS  
Graduação em Engenharia de Alimentos pela UFRJ, mestrado e doutorado em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos pela Escola de Química da UFRJ  
Pós-Doutoranda do Programa de Engenharia Química da Coppe.



**LYS MANGIA**  
29 ANOS  
Graduação em Engenharia de Bioprocessos pela UFRJ, mestrado pelo Programa de Engenharia Química da Coppe  
Doutoranda do Programa de Engenharia Química da Coppe.



**GABRIELA CALIDONE DE MATTOS**  
25 ANOS  
Graduação em Nanotecnologia pela UFRJ  
Mestranda do Programa de Engenharia de Nanotecnologia da Coppe.

TATIANA ROQUE ENTREVISTA THOMAS PIKETTY

# “FOCAR SÓ NO ASSALARIADO FOI UM ERRO DA ESQUERDA”

LIZ MOTA ALMEIDA  
comunica@adufrj.org.br

“Em muitas nações, inclusive no Brasil, se diz que é preciso esperar o país ficar mais rico para possibilitar a redução das desigualdades. Na verdade, é exatamente o contrário”, explicou o economista francês Thomas Piketty, no evento de encerramento do centenário da UFRJ, na quarta-feira (9). A live foi transmitida pelo canal do Youtube do Fórum de Ciência e Cultura, e mais de 400 pessoas assistiram à palestra ao vivo.

Aos 49 anos de idade e um *best-seller* mundial — “O Capital no século XXI”, com mais de um milhão de exemplares vendidos em todo o planeta — Piketty acaba de lançar *Capital e Ideologia*, em que analisa a história das desigualdades. A partici-

pação do economista no evento da UFRJ foi gravada anteriormente no formato de entrevista, sob a condução da professora Tatiana Roque, coordenadora do Fórum, e ex-presidente da AdUFRJ.

Para Tatiana, o evento mostrou que a desigualdade é a questão mais urgente da sociedade brasileira. “A universidade precisa dar uma resposta para isso. A UFRJ mostrou essa face no enfrentamento da covid-19, e também neste evento, em que a discussão se deu muito em torno da renda básica”, contou.

“A renda básica seguiu um pouco a situação dos mais pobres durante a pandemia. A gente queria conversar com um grande pensador desse momento atual, e alguém que pensasse a desigualdade. Era para ele ter vindo presencialmente ao Brasil, mas por causa da pandemia não deu”, contou Tatiana. Confira a entrevista:

■ **TATIANA ROQUE:** No seu livro ‘Capital e Ideologia’, o senhor analisa as séries históricas de preferências eleitorais de diversos países, e gostaria de estender a reflexão para o caso do Brasil. Tivemos eleições este ano e, novamente, a esquerda não se saiu muito bem. Observa-se uma nítida preferência eleitoral pela direita entre os trabalhadores informais. Isso explica, aliás, a dificuldade para administrar a pandemia, e as pesquisas indicam claramente uma preferência pela esquerda ou pela direita de acordo com este critério da formalidade do trabalho. Diante disso, poderíamos dizer que é preciso estimular o crescimento e a geração de emprego formal, mas isso nunca funcionou aqui de forma estável, como na Europa. Será que para nós não seria o caso de construir uma nova filosofia de proteção social, incluindo a renda básica, que não precisa estar vinculada ao emprego formal?

● **THOMAS PIKETTY:** Primeiro, quero dizer que, quando proponho que a renda básica seja depositada no contracheque, é apenas para as pessoas que possuem contracheque. Não proponho que seja aplicado sistematicamente a 100% da população. Quando existe a relação salarial, penso que em vez de a renda básica ser paga por uma administração pública de seguro social, ou seja, por um pagador diferente do empregador principal, me parece preferível aumentar o salário pago no contracheque. Na imensa maioria dos casos, as contribuições sociais e os tributos pagos pelo trabalhador são maiores do que a renda básica que irá complementar o salário.

Também penso que a relação salarial deve ser preservada enquanto objetivo importante, mas, ao mesmo tempo,



concordo plenamente: é preciso atender todos os trabalhadores informais, todos aqueles que estão fora da relação salarial e acho que foi um erro historicamente gravíssimo da esquerda em geral focar muito no ‘salariado’ como única forma possível de organização do trabalho. Essa visão única e completamente focada no salário prejudicou muito a esquerda historicamente em todos os países, e eu não compartilho dessa visão. Por isso procuro valorizar a propriedade privada, inclusive a pequena propriedade, com compartilhamento do poder entre os trabalhadores e todas as partes interessadas na empresa. Essa valorização da pequena propriedade privada e, depois, do trabalhador independente, me parece muito relevante para renovar o *software* socialista ou social-democrata, para chegar a uma visão diferente. Não podemos desistir de puxar o setor informal para uma maior formalidade no futuro, mas concordo que, até lá, precisamos nos adap-



tar às situações das pessoas tais como existem, e propor soluções de renda básica e transferência de renda que não foque apenas nos trabalhadores do setor formal.

■ **Como sabe, temos um problema eleitoral no Brasil. Bolsonaro foi eleito e tem o apoio expressivo de pessoas que não estão entre os mais pobres, mas que são relativamente pobres. A sua análise de esquerda, que chama de “brâmane” — um adjetivo interessante aliás — se para os votos das classes populares dos votos dos diplomados. No Brasil, a situação é um pouco mais complexa, porque temos os mais pobres que preferiam o PT e o Lula, e temos essa camada intermediária que pode ser chamada de classe média, mas que é relativamente pobre e que, penso eu, também é um pouco esquecida pela esquerda. Essa pode ser uma forma de entender os fenômenos eleitorais dos últimos**

**tempos, que fortalecem a extrema-direita?**

● O que percebi, analisando os dados que pude ler, é que a passagem do PT pelo poder permitiu ampliar o seu apoio eleitoral nas camadas mais pobres, o que não era historicamente o caso do seu primeiro eleitorado, voltado para classes de trabalhadores formais, urbanos, e não necessariamente com um alto nível educacional, embora houvesse grupos desse tipo, mas que não eram os mais pobres na geografia social do Brasil. O PT foi conquistando esse apoio, em parte, graças às políticas implementadas. Foi se constituindo uma coalizão relativamente popular, através dessas políticas, que tiveram suas limitações, como a falta de reformas tributárias estruturais, de reformas da propriedade, mas, obviamente, vai muito além disso.

Sempre procuro insistir que parte da esquerda, os partidos social-democratas, socialistas, trabalhistas, renunciem de lutar por uma transformação econômica, por uma passagem para outro sistema econômico. Essa recusa em colocar a agenda de outro sistema econômico para a redução das desigualdades, esse comeditamento excessivo, contribuiu para abrir o caminho para narrativas de direita autoritária, nacionalista e identitária.

Quando você repete o discurso de que não se pode ser muito ousado quanto à redistribuição da propriedade e redução das desigualdades sociais, contribui para uma narrativa de que o Estado não pode muito, que só existe uma política econômica possível, e também contribui para focar o debate político nessas questões de identidade e de segurança. Há uma demanda por segurança e um discurso do tipo Bolsonaro ou Trump, autoritário e xenófobo que, infelizmente, tem certa força.

## VIVA OS PESQUISADORES DA UFRJ!

O centenário da UFRJ foi encerrado em grande estilo: homenageando seus cientistas. A reitoria realizou uma sessão especial do Conselho Universitário, dia 17, em tributo aos 63 docentes citados entre os pesquisadores mais influentes do mundo. A lista já havia sido divulgada pelo **Jornal da AdUFRJ** no início do mês.

A professora Ana Célia Catro, diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, apresentou men-

sagens que os homenageados dedicaram aos jovens cientistas. E destacou três palavras: sempre, ciência e pesquisa. “E por que sempre? Sempre é ‘na totalidade do tempo’, continuamente. Essa dimensão do tempo atemporal, que não distingue passado, presente e futuro, é algo que todos compartilham. O trabalho dos cientistas é sempre”, disse.

Luiz Davidovich, do Instituto de Física e presidente da Academia

Brasileira de Ciências, um dos citados, destacou a interação abalada pela pandemia e tão necessária à ciência. “Sentimos muita falta das reuniões presenciais, das conversas que geram ideias. Esse afastamento dificulta a pesquisa científica, que se faz também com aquela conversa divertida, crescendo no quadro, cometendo erros que muitas vezes nos levam às respostas certas”.

Eleonora Ziller, presidente da



AdUFRJ, também participou da homenagem. “Esta lista implica na expressão da universidade em manter seu papel de excelência na produção de conhecimento.

Que a UFRJ e a AdUFRJ sejam sempre espaços de produção de conhecimento, de luta contra a desigualdade e de busca por um país melhor”. **(Silvana Sá)**